

Normatizar e higienizar: o saber médico contra o ofício das amas de leite

Nubia Sotini dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marechal Cândido Rondon - Paraná - Brasil
nubia.santos6@unioeste.br

Resumo: Este artigo pretende abordar a maternidade escrava em uma perspectiva interseccional, utilizando como fontes de análise os anúncios de venda, aluguel e procura de amas de leite nos jornais *Correio Paulistano* (1870-1879) e *Jornal do Commercio* (1850-1859), assim como as produções discursivas de médicos-higienistas, que tinham como preocupação higienizar os corpos e a moral de mulheres-mães. Para a análise dos discursos médicos que se posicionavam contrários ao aleitamento dito “mercenário”, utilizamos teses de doutoramento produzidas pelos autores Xavier (1833), Milward (1873) e Silva (1884).

Palavras-chave: maternidade escrava. Interseccional. Amas de leite. Higiene.

Introdução

A historiografia social da escravidão desde a década de 1980 tem se empenhado em recuperar a historicidade das relações escravistas, em sentido de evidenciar os múltiplos sujeitos que vivenciaram o cativeiro e também de reconstruir as experiências sociais de homens e mulheres escravizados. Homens, mulheres, pais, mães, filhos e filhas que experienciaram a escravidão acabaram tornando-se temáticas e/ou sujeitos de destaque em pesquisas a partir da ampliação de fontes, que passaram a incluir ações de liberdade, inventários, registros paroquiais, processos criminais e periódicos¹. A expansão de fontes possibilita a análise dos(as) escravizados(as) sob uma nova perspectiva: compreendê-los(as) enquanto sujeitos históricos em seu universo social (TELLES, 2018).

Diante da possibilidade de ampliação de categorias analíticas, neste artigo propomos pensar gênero como categoria de análise na história da escravidão e sua interseccionalidade com raça e classe. O uso de gênero como categoria de análise histórica, como tão bem propõe Joan Scott (2019), tem a finalidade de dar novos direcionamentos à historiografia. A autora aponta duas definições importantes para

¹ Para maior compreensão da pluralidade de temáticas, ver Carula (2012), Cowling (2018), Dias (1995), Giacomini (2012), Telles (2018) e Xavier, Farias e Gomes (2012).

pensar gênero como categoria analítica: a primeira compreende gênero como “elemento constitutivo baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e a segunda enfatiza o modo como gênero “é uma forma primária de dar significados às relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67).

Assim como raça e classe, gênero também estrutura e articula diferentes realidades sociais, provendo uma lente analítica para as produções de significados da própria vida social: ser mãe, ser pai, constituir laços de família, trabalho, sexualidade, nacionalidade, dentre tantos. Ao refletir sobre a interseccionalidade de tais categorias — gênero, raça e classe — é necessário tomar gênero enquanto uma categoria capaz de desestabilizar o que é “ser homem” e “ser mulher”, em especial a partir da generificação e racialização² dos corpos no contexto colonial. Quais são os significados de ser uma mulher preta no Brasil escravista? Quais são os significados de ser uma mãe preta na escravidão?

Mediante tais problemáticas iniciais, afirmamos a importância da interseccionalidade como uma abordagem teórica e metodológica que permite compreender as avenidas identitárias de opressão (AKOTIRENE, 2019) contra mulheres-mães-escravizadas, dando atenção às formas pelas quais gênero se intersecta com outras categorias e/ou identidades e à maneira como essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres (CRENSHAW, 2002).

Afinal, qual a relevância de propor uma análise da maternidade escravizada a partir de estudos interseccionais e de gênero na história da escravidão? De fato, essa questão aponta para diversos desdobramentos. A bibliografia dos estudos de gênero e interseccionais é vasta; no entanto, quando em diálogo com a história da escravidão, tende a diminuir a quantidade de pesquisas que se propõem a pensar tais abordagens. Autoras clássicas como bell hooks (2019), Ângela Davis (2016), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), apesar de não escreverem precisamente sobre escravidão, apontam-nos o cunho da interseccionalidade: em um consenso amplo e até mesmo genérico, a interseccionalidade investiga como as relações de poder influenciam nas relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade. Com isso, essas autoras possibilitam reflexões que nos fazem afirmar a importância da interseccionalidade na história da escravidão.

² Para maiores reflexões sobre o processo de generificação e racialização de corpos no período colonial, ver Lugones (2020).

Como ferramenta de análise, a interseccionalidade considera que categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e geração são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15).

Partindo do pressuposto de que a interseccionalidade pode ser entendida como uma “sensibilidade analítica” (CHO; CRENSHAW, MCCAL, 2013), ou seja, uma forma de analisar, uma abordagem definida pelo que *faz*, quando em diálogo com a história da escravidão, é possível identificar problemas sociais específicos, vivenciados por grupos diferentes. Autoras que se dedicam a realizar esse diálogo, como Camillia Cowling (2018), Maria Elizabeth Carneiro (2006), Maria Helena Machado (2018), Lorena Telles (2018), mostram-nos a inseparabilidade de gênero e raça, evidenciando que, quando há a generificação de corpos na escravidão, estes são condicionados à racialização e ao trabalho compulsório. Sobre a maternidade escravizada, o *partus sequitur ventrem* — o parto segue o ventre —, o sistema escravista atribuiu e produziu uma generificação racista, classista e patriarcal, tendo como justificativa primordial a hereditariedade da escravidão a partir do ventre materno. A interseccionalidade permite evidenciar o contraste entre a maternidade vivenciada por mulheres brancas e a vivenciada pelas mulheres negras escravizadas, marcada por violências e usurpações, sem deixar de considerar as diferentes formas de resistência e práticas emancipatórias.

Partindo do objetivo principal do artigo, de discutir o papel das mulheres escravizadas que atuaram como amas de leite na sociedade escravista, bem como a usurpação de suas possibilidades de maternagem, buscamos, através da articulação de dois tipos de fontes, evidenciar como as mulheres escravizadas foram as nutrizas de um aleitamento “mercenário” de uma sociedade que necessitava do leite escravizado, mas também refletir como a saúde pública se posicionou em face dos possíveis “contágios” morais da comercialização do leite de mulheres-mães-escravizadas.

O primeiro tipo de fonte são os periódicos: *Correio Paulistano* (1870-1879), correspondente à província paulista, e *Jornal do Commercio* (1850-1859)³, do município da Corte do Rio de Janeiro. A escolha de ambos os jornais é marcada pela expectativa de conseguir compreender a importância e relevância do ofício das amas de leite mesmo em diferentes províncias e temporalidades. O segundo tipo de fonte são as teses de doutoramento dos médicos Francisco Xavier (1833), Cornélio Milward (1873) e João

³ Para fins de pesquisa, ressaltamos que ambos os jornais estão disponíveis na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso em: 27 nov. 2021.

Baptista da Silva (1884), que dissertaram sobre os cuidados infantis, além do que expressaram suas expectativas para uma “boa mãe de família” e seus posicionamentos contrários ao aleitamento “mercenário”, como foi pejorativamente qualificado.

Em vista de maternidade silenciada, usurpada e comercializável, o Brasil escravista apresentava diversas procuras, vendas e aluguéis de amas de leite nos periódicos da época. Grillo (2007) observa que é justamente nos periódicos que conseguimos ver o cotidiano da sociedade retratado, quais eram suas necessidades, hábitos, linguagens, comércios. Assim, a partir dos anúncios sistematizados em nossa pesquisa, em regiões e temporalidades diferentes, questionamos: qual foi o tamanho da necessidade do ofício das amas de leite? O que fazia essa sociedade buscar em corpos escravizados o alimento que parece ter sido primordial? Seria a necessidade de lucrar sobre um corpo durante a fase de lactação ou a necessidade de reproduzir os costumes europeus?

Como podemos evidenciar a partir das fontes mobilizadas por nós, o aleitamento praticado por amas de leite gerava comércio, capital, e também gerava produções acadêmicas nas primeiras instituições médicas do Brasil: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a da Bahia. Tais produções acadêmicas, dotadas de uma argumentação que parece guiada mais pelo âmbito moral do que pelo científico, denotam uma posição contrária ao aleitamento “mercenário”. Tecem argumentações pautadas nos princípios “degenerativos” da raça.

Enquanto verdadeiros dispositivos de institucionalização da ordem médica no Brasil Império, as teses médicas eram produções discursivas de práticas específicas de homens brancos da classe social abastada. Os médicos, ao terem a autoridade do que escreviam, discursavam sob a prerrogativa do racismo científico (BOURDIEU, 2008; GONDRA, 2004). Posicionados como higienistas, os médicos buscavam higienizar as cidades, as casas, os corpos, as famílias e a maternidade. Nesse contexto, colocamos em diálogo os periódicos e as teses de doutoramento, entendendo que os periódicos nos auxiliam a identificar se essa produção dita científica produziu efeitos na vida cotidiana.

Corpos que aleitam: o ofício das amas de leite nos jornais do século XIX

O sistema escravista teve como ferramenta fundamental sua manutenção a partir do ventre materno. O princípio do *partus sequitur ventrem* atribui a hereditariedade da escravidão ao ventre materno escravizado. O *status* legal da criança seguia o do ventre.

Cowling (2018), ao refletir sobre o *partus sequitur ventrem*, mostra como as relações de gênero inseridas em um contexto jurídico fizeram com que homens e mulheres, apesar de viverem e trabalharem lado a lado, apresentassem relações distintas com a lei:

Foi o *partus sequitur ventrem* que permitiu os incontáveis encontros sexuais entre escravas e seus senhores, através dos quais as sociedades escravistas das Américas foram construídas. O *partus sequitur ventrem* assegurava que esses encontros não ameaçariam o direito de propriedade sobre os escravos, uma vez que as crianças nascidas desses relacionamentos herdavam o *status* da mãe, permanecendo escravas – a não ser, é claro, que o senhor exercesse seus direitos patriarcais e decidisse libertar a criança ou a mãe. Por essa mesma lógica, os senhores não viam nenhum impedimento em estuprar suas escravas, já que não perdiam o direito sobre a propriedade das crianças fruto desses estupros, isso ao mesmo tempo em que aos homens escravizados era sistematicamente negado o direito de exercer autoridade sobre seus filhos. Através do ventre das mulheres, o *partus sequitur ventrem* em última instância reforçava o poder patriarcal dos senhores sobre os escravos homens (COWLING, 2018, p. 110-111).

No contexto escravista, baseado na apropriação legal de corpos negros, que foram racializados e abusados de diversos modos, o corpo da mulher escravizada é duplamente violado: enquanto cativa, seu corpo é compreendido como instrumento de trabalho, mas, além disso, quando esse corpo é generificado a partir da diferença sexual e biológica entre masculino e feminino, seu corpo e seu ventre tornam-se espaço de reprodução da escravidão (MACHADO, 2018, p. 329). Davis (2016) enfatiza que, enquanto a sociedade promovia uma ideologia de feminilidade — voltada preferencialmente para mulheres brancas de classe média e alta — a mulher escravizada era desprovida de gênero. Sua condição de escravizada a colocava, antes de tudo, como uma trabalhadora em tempo integral; apenas ocasionalmente, era mãe, esposa, dona de casa. Sempre trabalhadora, ocasionalmente mãe. Machado (2018) observa que em nenhum contexto social a mulher escravizada foi considerada como mãe.

Desse modo, para abordar a maternidade escravizada, é necessário atentar-se para as questões de gênero, raça, classe, violência e poder. Com isso, questionamos: qual é o problema fundamental da maternidade escravizada? A impossibilidade de ser vista e reconhecida como “mãe” ou a apropriação senhorial escravista de seu útero, tornando-o reprodutor da mão de obra escravizada? A partir de tais problemáticas iniciais, cabe ampliar a análise sobre as mulheres-mães-escravizadas que atuavam como amas de leite.

As amas de leite foram mulheres que nutriram filhos e filhas de outras famílias. No Brasil, o ofício era essencialmente caracterizado pelo trabalho de mulheres escravizadas. Em incontáveis anúncios de venda, procura e aluguel, a figura das amas de leite esteve presente. Compreender o ofício e a história das amas de leite requer

desprender-se da romantização da imagem da “mãe preta”, a mãe cativa dócil, passiva e benevolente. Koutsoukos (2009) observa que a referência à ama de leite conduz à ideia da existência de duas crianças: o bebê senhorial, que por ela será criado, e o bebê negro, fruto de seu ventre, de cujas condições pouco ficamos sabendo.

Atingidas pelo tráfego de opressões, as mulheres-mães-escravizadas carregavam as dores invisíveis, as histórias não vividas, não sentidas e cultivadas. Löfgren e Gouvêa (2018) afirmam que uma das mais dolorosas histórias da humanidade é a história das “mães pretas”, as amas de leite que a escravidão criou como base necessária para o aleitamento. Para cada afeto sentido entre uma ama e sua “criança branca”, houve um bebê negro arrancado do seio materno, possivelmente colocado na Roda dos Expostos ou sob o cuidado de comadres, avós, irmãs mais velhas. Para cada mãe de leite revoltosa contra a “criança branca”, encontrava-se a dor e o sofrimento da separação de sua recém-nascida prole. O paradoxo entre “afeto e revolta” se mostra, para Schwarcz (2018), em situações que deveriam simbolizar relações afetivas, mas que, diante do escravismo, demonstravam as contradições de um sistema marcado pela violência e que (re)afirmava as hierarquias.

A existência do ofício das nutrizes era dependente do costume de não aleitar os filhos e filhas por parte das mães brancas, podendo estas serem de classes populares ou abastadas. Essas mulheres-mães-brancas, que por diversas razões escolheram não amamentar, tiveram o prestígio e a diferença social e racial como as motivações mais comuns. A história dessa prática de origem europeia mostra que as famílias mais abastadas dos séculos XIII ao XVIII optaram por não aleitar. Nesse período, a amamentação era constantemente condenada pela Igreja, especialmente pela filosofia de Santo Agostinho, que considerava a amamentação uma figura do pecado original (BADINTER, 1985).

Badinter (1985) observa que as mulheres aristocratas justificavam o não aleitamento a partir de dois fundamentos importantes: o aspecto físico, pois se supunha que causava o adoecimento e a deformação do corpo, e o aspecto moral, em que o pudor exercia papel primordial. Ao falar sobre a função que o pudor exercia sobre o costume de não aleitar, a autora destaca a figura da mulher “vaca leiteira” e como a sociedade europeia repudiava a ideia de que mulheres expusessem seus seios para amamentar:

Mães, sogras e parteiras desaconselham a jovem mãe a amamentar, pois a tarefa não é nobre o bastante para uma dama superior. Não ficava bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê. Além de dar uma imagem animalizada da mulher ‘vaca-leiteira’, é um gesto despuadorado. Essa razão não

é destituída de peso no século XVIII. O pudor é um sentimento real que não podemos deixar de lado nessa recusa de amamentar. Se a mãe amamentasse, devia esconder-se para isso, o que interrompia por um longo período a sua vida social e a de seu marido (BADINTER, 1985, p. 95).

No Brasil, a prática teve aval jurídico das Ordenações Filipinas (XVII-XIX), as quais, segundo Muaze (2018), reconheciam que determinadas mulheres, por sua “qualidade” e condição social (e racial), podiam não amamentar. Diferente da Europa, onde as amas de leite eram mulheres brancas camponesas, nas terras brasileiras eram as mulheres escravizadas que majoritariamente exerciam a função de nutrizes, muito embora mulheres empobrecidas, fossem estas brancas ou negras, pudessem recorrer à venda do leite para ganhar uma renda extra (MUAZE, 2018).

Carneiro (2006) observa que as amas de leite, ao “procriarem”, se tornavam corpos lactantes, no entanto, por serem escravizadas, dentre os vários direitos que não tinham, estava a negação da maternidade. A Biologia e a Ciência Médica, fundamentadas em argumentos sobre a Natureza, construíram nesses corpos negros a “capacidade de reprodução e lactação, [...] tal capacidade resultariam em possibilidades outras de exploração sexual e comercial e não representariam a maternidade ‘verdadeira’” (CARNEIRO, 2006, p. 397-398).

Na esteira de uma maternidade usurpada, comercializada, o Brasil escravista mostrou-se inclinado ao comércio do leite de corpos negros, alimento que parece ter sido primordial à sociedade. Nos periódicos, as mulheres escravizadas que atuavam como amas de leite ganhavam destaque e caixa alta no “vende-se, procura-se e aluga-se” amas de leite.

Como a sociedade do Oeste Paulista e a carioca encaravam o ofício das amas de leite, livres e escravizadas? Em uma análise aprofundada nos anúncios, é possível detectar um padrão de características das amas de leite que era selecionado por muitos anunciantes, os quais, pressupomos, eram proprietários(as) de tais nutrizes, pois, diferentemente das nutrizes livres, aquelas eram forçosamente obrigadas a constarem nas sessões de anúncios. Esse padrão se repetiu tanto no *Correio Paulistano* (1870-1879) quanto no *Jornal do Commercio* (1850-1859) e pode ser dividido em: capacidade de realização de outras atividades domésticas; docilidade; necessidade de não ter filhos e importância de apresentarem uma boa conduta/moral.

Considerando, certamente, a premissa de que o leite das mulheres brancas era mais fraco, o padrão presente nos anúncios realçava o estereótipo da “mãe preta” e reforçava o rótulo de que as mulheres negras eram mais fortes, logo, aptas a um serviço

considerado exaustivo. Constatamos nos anúncios o que Martins (2006) chama de “flexibilização”: a designação de amas de leite a outras funções que não estivessem vinculadas à amamentação e ao cuidado infantil, como lavar, passar e cozinhar. No *Correio Paulistano*, jornal que tinha uma política conservadora e que reafirmava a escravidão (SCHWARCZ, 2017), é possível identificar em diversos anúncios a “flexibilização”. Em um jogo de palavras, os anunciantes buscavam enaltecer as utilidades — vistas como qualidades — da nutriz.

ALUGADA. Á rua da Cadêa n.11, dá-se de aluguel para todo serviço de casa de família uma escrava, que também pôde servir como ama de leite por pouco tempo (CORREIO PAULISTANO, 1876, ed. 0584)

AMA DE LEITE. Aluga-se uma ama de leite muito boa, que cozinha e engomma perfeitamente; para informações rua Alegre n.11 (CORREIO PAULISTANO, 1877, ed. 06088).

As expressões “para todo serviço de casa”, “muito boa”, “prendada”, “cozinha e engomma” evidenciam as formas que os anunciantes tinham de ampliar a renda lucrativa com o aluguel da nutriz. Schwarcz (2017) aponta que os jornais devem ser compreendidos como “produtos sociais”, isto é, resultados de um ofício exercido e socialmente reconhecido, que se constitui como um objeto de expectativas, posições e representações, dessa forma, os anúncios podem ser encarados como fontes que mostram o escravismo na sociedade: a venda de corpos negros vistos como “mercadorias” lucrativas.

Os pré-requisitos para ser uma “boa ama de leite” não se limitavam apenas às possibilidades de realização de outras tarefas na esfera doméstica. A ideia de docilidade das nutrizes foi demasiadamente utilizada através dos adjetivos “carinhosa” e “cuidadosa”. Através da ótica dos anunciantes, o rótulo da “mãe preta” parecia incluir o ser carinhosa, prestativa. Diante de um trabalho que requeria atenção e cuidado com as crianças pequenas, é perceptível que esses adjetivos foram importantes para a ideia de “boa ama de leite”: “ALUGA-SE uma preta para ama de leite, do primeiro parto, parida hadousmezes, é muito carinho para crianças; na rua das Violas n.45” (JORNAL DO COMMERCIO, 1850, ed. 00172). Nesse anúncio, além de uma possível docilidade com as crianças, o anunciante faz questão de evidenciar a “qualidade do leite” ao mencionar há quantos meses a nutriz tinha dado à luz.

ALUGA-SE uma ama de leite do primeiro parto, muito carinhosa e de afiançada conducta; na rua da Fresca, casa junta á de n.13 (JORNAL DO COMMERCIO, 1850, ed. 00172).

AMA DE LEITE. Aluga-se uma preta de nação, perfeita mucama, com muito e bom leite, muito sadia e carinhosa para crianças; na rua do Silvo Manoel n.12 A (JORNAL DO COMMERCIO, 1854, ed. 00117).

À vista da face da “boa ama de leite”, acompanhada de uma imagem totalmente estereotipada, repleta de docilidade, é fundamental falar sobre as dores invisíveis de uma maternidade que foi literalmente comercializada. Pela condição de cativa, muitas nutrizas não tiveram ao menos a oportunidade de escolher ou não manter seus filhos e filhas por perto durante o período em que atuavam como amas de leite. Arrancados do seio materno, os recém-nascidos escravizados enfrentavam a dureza da escravidão com poucos dias de vida (ou até mesmo horas). Koutsoukos (2009) destaca que a ama podia ser vendida/alugada com ou sem sua “pequena cria negra”. Poucas foram as que conseguiram amamentar ao mesmo tempo o seu próprio filho e o de seus senhores. No que concernia aos senhores, raramente deixavam o filho natural da ama ser criado junto ao seu bebê. Mais raro ainda era que considerassem a possibilidade de haver amor e afeto entre uma mãe escravizada e seus filhos e filhas (KOUTSOUKOS, 2009, p. 307).

Nos anúncios, é possível observar que, até mesmo na hipótese de a nutriz ser livre, era exigida a ausência dos filhos. Para onde iriam essas crianças que não conseguiam contar com o apoio familiar?

AMA DE LEITE. Precisa-se de uma para ir para Santos, livre ou escrava, que seja sadia e sem filho. Para tratar na Ladeira de Santa Iphigenia n.2, paga-se bem (CORREIO PAULISTANO, 1873, ed. 04948)

AMA DE LEITE. Ama de leite. Na rua de S. Bento n.49, precisa-se d'uma boa ama de leite, sem filho; quem se achar nestas circunstancias, pode dirigir-se á mesma casa para tratar (CORREIO PAULISTANO, 1872, ed. 04843).

ALUGA-SE uma preta para ama de leite, muito moça, sadia e sem filho, parida ha um mez; na travessa do Paço n.5 (JORNAL DO COMMERCIO, 1851, ed. 00039).

ALUGA-SE, na rua da Conceição n.24, loja, uma preta forra para ama de leite, sem filho, parida ha um mez (JORNAL DO COMMERCIO, 1851, ed. 001177).

A preferência por nutrizas que não estivessem acompanhadas de seus filhos é nítida nos anúncios. Telles (2018) destaca que há uma explicação para isso: os locatários, bem como os compradores, estavam dispostos a pagar mais caro pelas amas que adentrassem seus lares sem os filhos, como é possível identificar no seguinte anúncio: “AMA DE LEITE. Precisa-se de uma ama sadia e sem filho, e prestimoza, paga-se bem; para tratar na rua da Tabatinguera n.86” (CORREIO PAULISTANO, 1877, ed. 06087).

Os anúncios sugerem que a condição de “sem filho” nos mostra que a exigência de cuidado, de atenção e especialmente de “leite exclusivo” para os bebês brancos certamente foram as motivações principais de famílias locatárias para pagarem mais caro. A presença dos bebês negros, os quais as famílias locatárias não poderiam escravizar, era repelida, pois, assim como todo recém-nascido, essas crianças, mesmo que escravizadas, precisavam de cuidados.

Telles (2018) observa que raramente as mães-escravizadas puderam chegar às casas de seus locatários com seus filhos, porém os poucos anúncios em que consta a presença dos filhos das nutrizes podem ser encarados como uma expressão de resistência à escravidão. Mesmo que não se possa afirmar que a resistência à escravidão seja a motivação de todos os anúncios com a presença dos filhos, os poucos anúncios sugerem as pressões das mulheres-mães-escravizadas em mantê-los consigo (TELLES, 2018, p. 222).

VENDE-SE na rua dos Siganos n.50, uma ama de leite com um filho de dousmezes; quem a pretender dirija-se á casa acima (JORNAL DO COMMERCIO, 1850, ed. 00216)

AMA DE LEITE. Vende-se escrava tendo um filho de idade de 15 dias, com muito leite, própria para ama, no que tem muito geito; para informações no escriptorio do capitão Francisco de Paula Xavier de Toledo, pateo da Sé n.4 (CORREIO PAULISTANO, 1875, ed. 05501).

A possibilidade de manter suas crianças por perto pode ser analisada a partir de duas hipóteses: os conflitos entre senhores(as) e escravizadas e a lógica senhorial. Dentre os conflitos, existia a reação contrária das mulheres-mães-escravizadas tanto à escravidão quanto à separação de seus filhos. Suas práticas de resistência, que variavam desde o infanticídio até iniciativas emancipatórias no sistema judicial (COWLING, 2018), não devem ser desconsideradas. No tocante à lógica senhorial, muitos dos médicos-higienistas, em suas teses de doutoramento, afirmavam que poderia ser vantajoso a presença do bebê negro ao lado da mãe, pois seria uma garantia de produção de leite até o período de o bebê branco se acostumar (CARNEIRO, 2006; TELLES, 2018).

Muitas das mães foram separadas temporariamente de seus filhos, já outras, de forma irreversível. No período em que o tráfico de escravizados era abundante, a classe senhorial se desinteressou de manter sob cuidados os recém-nascidos; no entanto, na década de 1850, marcada pelo fim do tráfico atlântico, a “abolição gradual” (COWLING, 2018) causou preocupação aos escravistas, pois, diante da possibilidade de escassez de

mão de obra escravizada, eles passaram a ter interesse ao menos na sobrevivência dos bebês quando suas mães eram alugadas.

Com tantos conflitos em jogo na escravidão, a singela possibilidade de manter os filhos pequenos escravizados sob seus próprios cuidados é um indício das pressões das mulheres-mães-escravizadas contra o próprio sistema escravista, podendo ser considerada como uma denúncia à escravidão, o que evidencia os meios de resistência das mulheres cativas.

Cowling (2018) analisa em Havana e no Rio de Janeiro as formas encontradas por mulheres-mães-escravizadas de garantir ao menos a liberdade de seus filhos. No Brasil, isso se deu através de ações judiciais em prol da liberdade a partir de 1871, marcada pela lei Rio Branco, também conhecida como lei do “ventre livre”. Além dessa possibilidade de emancipação, Cowling (2012) menciona o “Livro do Ouro”, um fundo de emancipação estabelecido pela Câmara Municipal em 1884 em que se libertavam escravizados nos dias de aniversário de alguém da família real ou no dia da Independência. Apesar do espetáculo realizado nas cerimônias, o Livro do Ouro teve resultados numéricos praticamente insignificantes, libertando cerca de 797 pessoas, o que representa somente 3% de diminuição da população escravizada. Contudo, Cowling (2012) observa que cerca de 76% das pessoas libertadas por meio do fundo eram mulheres. A manumissão das mulheres nas famílias escravizadas era de suma importância, pois garantia que o fruto de seu ventre de fato seria livre.

Fosse originário de amas de leite libertas ou escravizadas, o aleitamento “mercenário” foi duramente criticado pela Ciência Médica, que estava em plena construção no século XIX. Sob influência do racismo científico, essas vozes masculinas suspeitavam dos corpos de mulheres negras, de suas condutas morais, esboçando a ideia de que seriam promíscuas. Diversos higienistas expressaram em suas teses de doutoramento seu repúdio ao aleitamento “mercenário”, em especial quando este era praticado por uma mulher escravizada. Em tons que revelavam o objetivo de higienizar e civilizar a sociedade, os médicos-higienistas condenavam os costumes vigentes e propunham novos meios de “limpar” as cidades.

“Amas desmoralizadas”: políticas de higiene contra amas de leite

A institucionalização da medicina no Brasil iniciou-se no século XIX. Inspirados na medicina e nas técnicas produzidas na Europa, especialmente na França e na

Inglaterra, a preocupação de civilizar a nação ganhou relevo com a vinda da família real em 1808. Os médicos então tinham um objetivo: educar, civilizar, normalizar e limpar os corpos, os costumes e a sociedade considerada arcaica e colonial.

Gondra (2004) observa que o grande desafio no Rio de Janeiro era transformar a pacata cidade colonial em sede do governo português e, posteriormente, no desenrolar dos eventos e processos históricos, na sede do Estado Imperial e na sede da República. A expectativa médica era de “eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios, grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado” (GONDRA, 2004, p. 22).

Em nome da “nação”, os médicos-higienistas, em um acordo com o Estado, procuraram medicalizar suas ações políticas. Costa (1989) aponta que a palavra-chave desse acordo foi a “salubridade”, questão levantada pelos médicos e que era de interesse do país, já que as epidemias, febres e focos de infecção sempre foram um problema para a administração colonial, ocasionando populações dizimadas por surtos epidêmicos.

O marco da chegada da Corte tem relevância para pensarmos em uma sociedade que, até então considerada colonial, passava por um processo de modernização, para chegar até a dita “civilização”. A ideia de “civilização” pode ser compreendida como uma forma propagada pelos médicos e pela Corte de se assemelhar aos países europeus. Esse processo é de importância analítica, pois, a partir dele, conseguimos enxergar tanto nas produções médicas quanto nos anúncios de periódicos como a intervenção médica teve impactos significativos na produção de valores sobre a maternidade e a amamentação, atingindo as amas de leite e as mulheres-mães-brancas.

A família real com seu séquito de aristocratas aumentou em quase um terço a população do Rio de Janeiro, onde se instalaram diplomatas, comerciantes, estrangeiros; além disso, famílias que residiam nas áreas rurais começaram a se dirigir para as áreas urbanas. Entre as transformações mais impactantes na sociedade, destacamos as mudanças na infraestrutura urbana, no campo econômico, na política, mas também no meio cultural, com a construção de bibliotecas, jardins botânicos, escolas e faculdades (GONDRA, 2004).

Nesse período, a pressão populacional e as medidas higiênicas para a nova população urbana tornaram-se questões de urgência, de modo que a medicina foi solicitada com maior constância. Costa (1989) aponta que, entre os trunfos médicos mais importantes, a técnica de “higienização das populações” tem maior destaque, o que significa que a saúde da população estava vinculada à política do Estado. Por meio de

ações dessa ordem, a medicina apossou-se do espaço urbano, imprimindo-lhe suas marcas de poder.

Refletindo sobre as relações de poder entre a Ciência Médica, os médicos e os indivíduos, notamos que a educação higiênica teve repercussões na “norma familiar”, que, pela “ordem médica”, era insistentemente solicitada em forma de “intervenções disciplinares” (COSTA, 1989, p. 16). Para Costa (1989), isso implica em uma normalização e medicalização das próprias condutas familiares. Em uma tentativa de redefinir a família e suas ações, a higiene familiar tinha como alvo, significativamente, as famílias brancas, abastadas, pois para o Estado não havia interesse em modificar ou intervir nas famílias escravizadas, as quais continuavam a obedecer ao código punitivo caracterizado pela escravidão, e, além disso, os corpos negros escravizados também eram vistos como os “rebeldes à norma familiar”. No que se refere a esses indivíduos considerados como os “Outros”, as políticas de higiene consistiam em uma tentativa de higienizar a sociedade e combater a “degeneração da raça” e a “moral duvidosa” (MAIO, 2004).

Partindo de uma reflexão foucaultiana do conceito de “medicalização”, Marques (2009) observa que a prática da medicalização é definida em primeiro lugar como uma forma de vigilância dos comportamentos ditos “incorretos” e/ou “patogênicos”, seja nas crianças, seja nas famílias. O processo da medicalização, então, segundo a autora, consiste em transformar a família em agente de vigilância e de controle disciplinar, tornando a família “medicalizada” uma aliada do saber e do controle médico. Mas qual família seria a “medicalizada”?

No contexto escravista, as famílias medicalizadas — quando focalizamos o sentido de “aprimoramento da raça” presente nesse conceito — foram as famílias brancas e abastadas. A questão racial assume grande importância quando refletimos sobre quais eram as atitudes esperadas dos corpos brancos. Os discursos que caracterizavam o corpo branco como o mais “higiênico” e/ou limpo são vistos por McClintock (2010, p. 313) no contexto vitoriano como a obsessão pelos “corpos limpos e brancos e roupas limpas e brancas”. Ao falar sobre o “império do sabonete”, a autora aponta que: “O sabão prometia a salvação e a regeneração, [...] um regime de higiene doméstica que poderia restaurar a potência ameaçada do corpo político e das raças imperiais” (MCCLINTOCK, 2010, p. 314).

O sabão e a limpeza tornam-se então o símbolo da purificação social. A partir da racialização dos sujeitos brancos, seus costumes, identidades, culturas e relações sociais,

políticas e econômicas passam a ser a “norma” exigida, enquanto os corpos negros escravizados são o contraste, o fruto da “degeneração” racial e moral.

O racismo científico, no cerne do higienismo, tinha seus juízos normativos calcados na crença de superioridade branca. Logo, as teses médicas do século XIX podem ser vistas como a representação de uma hierarquia racial e social. Em um discurso científico, cunhado por um “signo de autoridade” (BOURDIEU, 2008) conferido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Medicina da Bahia, as teses podem ser compreendidas como discursos que deveriam ser obedecidos.

De modo a medicalizar — em sentido de civilizar —, os dispositivos higiênicos estenderam-se dos espaços públicos ao interior dos lares, em seu projeto de higienização familiar. Inserido no lar, o corpo feminino também foi alvo de debate e intervenção (VIEIRA, 2002). Consequentemente, assuntos sobre a maternidade e a amamentação passaram pelo processo de normalização. Fundamentados na ideia de que as crianças eram o maior tesouro do país, os higienistas identificaram a necessidade de fornecer a elas cuidados especiais, especialmente devido à alta taxa de mortalidade infantil, supostamente causada pela “ignorância ou negligência das mães” (FREIRE, 2014, p. 1). Os médicos-higienistas, então, assumiram a tarefa de ensinar as mulheres a cuidarem de seus filhos e filhas a partir de pressupostos “científicos” e “racionais”.

Nas teses de doutoramento dos autores Francisco Xavier (1833), Cornélio Milward (1873) e João Baptista da Silva (1884), constam diversas reflexões dos médicos, que buscavam romantizar e santificar a maternidade e o papel da mãe, no entanto, apenas das mulheres-mães-brancas. Ora santificadas, ora vistas como “ignorantes” ou “más mães” quando não correspondiam às expectativas da “boa mãe de família”. O aspecto de maior relevância na caracterização de uma “boa mãe” era a amamentação. Assim, o aleitamento passou a ser alvo de inspeção e análise. Como medicalizar as condutas maternas das mulheres-mães-brancas quando elas mesmas se recusavam a aleitar? O aleitamento “mercenário” então passou a ser constantemente criticado pelos higienistas. Ainda que muitos dos médicos reconhecessem que a prática estava enraizada na sociedade brasileira, eles mesmos afirmavam que as nutrizes, em especial as escravizadas, eram as responsáveis pela mortalidade infantil.

Francisco Xavier, ao apresentar a tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em março de 1833, no concurso para a “Cadeira de Partos”, dissertou sobre os primeiros socorros que deveriam ser feitos a partir do nascimento das crianças. Entretanto, no tópico intitulado “Vantagens do aleitamento maternal”, o autor expressa

para além de um tom científico (ou pseudocientífico) o que acredita ser a “mãe de família”.

O autor da tese afirma que:

A mulher não merece verdadeiramente o nome de mãe se não depois que tem aleitado o menino que á luz [...]. Os seios por ventura seriam feitos sómente para ornarem os peitos das mulheres, e para instrumentos de prazeres? Se ellas partindo daqui reflectissem bem na sua organização; se observassem o que se passa em todos os animaes; se pensassem que, com o não nutrirem seus filhos *vão de encontro ás leis da natureza*; devendo resultar daqui, se não para esses, mais mesmo para ellas, grandes e mortaes encommodos, talvez então o egoismo as fizesse entrar em seus deveres; e assim seus filhos adquirirão os benefícios, que a natureza lhes tem destinado (XAVIER, 1833, p. 16, grifo nosso).

Xavier (1833), assim como seus colegas de profissão, denota um olhar romantizado para a maternidade, projetando expectativas de gênero sobre o que é “ser mãe”. Considerando aspectos que revisitam a Natureza, o autor dissertou sobre os “deveres” das mães, afirmando que os seios não eram ornamentos ou elementos de beleza, mas sim serviam para garantir a nutrição e a sobrevivência dos filhos. O discurso do autor tinha um alvo muito específico: educar as mulheres-mães-brancas-abastadas que, por suas razões, se recusavam a cumprir os “deveres maternos” conforme eram especulados pelos higienistas. Xavier afirmou ainda que aquelas que deixavam seus filhos à mercê de amas de leite somente porque podiam — em termos financeiros — eram tão condenáveis quanto as mães “mercenárias” que, por motivos de pobreza, tinham de realizar o ofício de nutriz (XAVIER, 1833, p. 15).

Apesar de criticar também as mulheres livres empobrecidas que aproveitavam o período da lactação para conseguir uma renda extra, é notável nas falas do autor que a crítica primordial ao aleitamento “mercenário” era a raça: a das mulheres escravizadas que majoritariamente exerciam o ofício de nutrizas. As “amas desmoralizadas” seriam as responsáveis pela “degeneração” moral e racial das crianças que elas aleitavam:

Se he verdade que herdamos de nossos pais certas inclinações, costumes, e semelhanças, he tambem provável que, o caracter das amas, seu gênio, seu leite influão igualmente sobre os habitos, e propenções das crianças que alleitão [...]. Quantas vezes não observamos meninos filhos de pais mui probos, e que deles recebem uma boa educação, serem inclinados a certos actos reprehensiveis quando tem sido nutridos por *amas desmoralizadas*? (XAVIER, 1833, p. 18, grifo nosso).

Aproximadamente cinquenta anos depois, João Baptista da Silva, em tese apresentada em setembro de 1884, salientou a característica da maternidade enquanto “dever”. Em uma crítica mais contundente às mulheres abastadas, o autor enfatizou que o aleitamento materno, até entre os “antigos, nas raças feticistas”, era considerado um

dever e que “mesmo os mammiferos inferiores não recusão-se amamentar os filhos”, apenas algumas “mulheres expencionaes” abandonavam essa “obrigação, d’esse incommodo que as priva dos prazeres fóra do lar” (SILVA, 1884, p. 54).

Silva (1884, p. 54) assinalou que era uma “moda” as mães deixarem de amamentar, confiando a função nas “brutas mãos de uma grosseira ama e muitas vezes com pouca saude, e o que vai criar contra vontade”. Reconhecendo que a prática estava enraizada na sociedade, o autor afirmou ser necessário que a família se certificasse de que a nutriz seria uma “boa ama de leite” com base nos preceitos médicos. Entre eles, cabem destacar os exames que o autor classificou como pertinentes para saber tanto da saúde quanto da moral das nutrizas. Os exames de maior profundidade e que se repetem em outras teses, como na de Milward (1873), eram os exames dos “órgãos de lactação, o leite e o estado geral ou saude da mulher” (SILVA, 1884, p. 60). O autor frisou a importância desses exames, pois “Deus sabe o que estas amas, de costumes equívocos e saúde suspeita introduzem nas famílias todos os dias” (SILVA, 1884, p. 60).

Almeida (1990), ao falar sobre a amamentação e o binômio mãe-filho, enfatiza que os higienistas buscaram resgatar o “instinto”, a maternidade e a amamentação como fatores vitais para a sobrevivência das crianças, tornando a mulher-mãe um dos principais alvos da medicina social. Além disso, o autor reforça que a amamentação foi transformada em um evento meramente biológico, vinculado aos interesses do Estado e do poder médico. O ato de amamentar prestava-se ao papel de normalizar (e medicalizar) a “nova mãe” (ALMEIDA, 1990, p. 33).

Aos corpos negros, a solução higienista foi partir para a desumanização, tachando-os de propagadores de doenças, especialmente os corpos das mulheres, condenadas ao estereótipo de lascívia. Almeida (1990, p. 33) afirma:

O negro foi alinhado com miasmas, insetos, maus ares e maus hábitos, transformado em um verdadeiro veneno social para a família. A escrava foi utilizada como objeto de projeção de culpa da mulher, responsabilizada pela infelicidade, doença e morte dos filhos entregues aos seus cuidados. Esta visão médico-política do escravo coincidia com o movimento econômico que, naquele momento, tendia a suprimi-lo da cena social.

É importante observar que as políticas higienistas, enquanto criaram sobre o corpo branco a ideia de “limpeza” e “higiene”, associaram aos corpos negros sentidos de “doenças” e apregoaram que essa população era formada por sujeitos “ausentes de moral”, racializando as pessoas escravizadas a partir de uma produção científica permeada pelo racismo. Gomes (2018) constata que, na articulação entre “raça-sexo-gênero”, mulheres e homens negros são identificados não apenas como corpos, mas sim como corpos

hipersexualizados. A autora assevera que, no marco da “colonialidade de gênero”, há mais do que estereótipos: há um processo em que se nega a determinados corpos — negros — a própria humanização. São apenas corpos representados com impulsos sexuais, promíscuos, “degenerados” (GOMES, 2018, p. 75).

As próprias noções de feminilidade foram produzidas de forma racializada, significando que os estereótipos de gênero estavam atrelados tanto aos corpos de mulheres brancas quanto aos de mulheres negras. Ambas tiveram suas imagens racializadas, mesmo que em sentidos inversos. A racialização da mulher negra faz com que esta se torne um modelo do não desejado: o não humano, o corpo promíscuo, lascivo. Enquanto a racialização dos corpos de mulheres brancas é produzida em oposição ao imaginário sobre mulheres negras: frágeis, dóceis, maternais, humanas.

Na análise da tese de Cornélio Milward (1873), é possível notar a preocupação referente à moral, à saúde da ama. Possivelmente consoante aos estereótipos racistas sobre as mulheres escravizadas, o autor aponta a necessidade de os pais estarem atentos a esses aspectos:

A questão capital do aleitamento mercenario e onde naufragão ordinariamente as famílias brasileiras, como veremos, está em saber-se a ama, tem ou não molestias contagiosas, algum vicio do sangue ou affecções transmissíveis. [...] Na verdade, só o medico póde tirar partido do exame dos órgãos genitales, ganglios cervicaes e inguinais, etc.; enfim, só elle póde dar uma garantia da saude geral, da organização intima dessa mulher que pretende uma missão tão sublime (MILWARD, 1873, p. 23).

Em uma possível tentativa de expressar argumentos sobre a maternidade usurpada vivenciada por amas de leite escravizadas, Cornélio Milward, em sua tese, compreendida enquanto um discurso de legitimidade científica, acabou mostrando a dupla face do aleitamento “mercenário” em virtude do contexto escravista. Não afirmamos que o autor estivesse preocupado com as crianças negras que iam para as Rodas dos Expostos, muito menos com a situação da escravidão, mas talvez, em uma tentativa de deslegitimar a maternidade vivenciada por mulheres-mães-brancas, enfatiza a formação moral da mulher-mãe-escravizada quando ela tem seu filho retirado de si para servir a outrem:

Demais esse aleitamento que aqui é feito quasi que exclusivamente por escravas, terá sempre um inconveniente muito serio ligado á sua *posição social*. Hoje, principalmente, a mór parte das pretas são privadas dos deveres da maternidade; as crianças apenas nascidas são immediatamente levadas para a roda. Ora, esta circumstancia influe extraordinariamente no moral da escrava, e consequentemente influirá na educação da criança que tem de amamentar; pois, ordinariamente isso acontece para serem alugadas mais vantajosamente como amas (MILWARD, 1873, p. 25).

Evidentemente, os médicos-higienistas tiveram a preocupação de salientar a importância do aleitamento materno e o vínculo entre mãe e filho(a), de modo a criar um modelo de família com base nos padrões higiênicos. Contudo, as fontes revelam que os médicos não puderam ignorar o costume que envolvia o aluguel de amas de leite escravizadas, fazendo com que o “aleitamento mercenário” ganhasse outros sentidos, vinculados diretamente à escravidão (MARTINS, 2016). As nutrizes escravizadas eram acusadas por médicos de serem focos de contaminação em virtude da escravidão e/ou da descendência africana. Com isso, as acusações contra o aleitamento “mercenário” mostram a tentativa de controlar e higienizar também os corpos das nutrizes de uma maneira que pudesse satisfazer os preceitos higiênicos e científicos para o cuidado infantil.

Nos jornais analisados, dentro do período de recorte selecionado, é possível enxergar uma mudança na identidade desejada das amas de leite, com certa preferência por nutrizes brancas e/ou imigrantes europeias. A propagação do racismo científico, com a ideia de “degeneração racial”, fez com que as políticas do higienismo — que, no século XX, desenvolveram a noção de eugenia — também se manifestassem nos periódicos, em especial no *Correio Paulistano*, no qual constatamos que alguns dos anunciantes deixavam explícita a necessidade de a ama de leite ser livre e sadia.

AMA DE LEITE. A’rua da Boa Morte, 25, contracta se uma ama para ir a Santos tomar conta de uma criança. Quer-se ama sadia e prefere-se branca e sem filho. (CORREIO PAULISTANO, 1870, ed. 04135).

AMA DE LEITE. Precisa-se de uma que seja branca e que tenha bom leite. Trata-se na rua Direita n.46 (CORREIO PAULISTANO, 1870, ed. 04324).

AMA DE LEITE. Uma allemã presta-se a servir de ama de leite. Para tratar na rua Alegre, n.16 (CORREIO PAULISTANO, 1873, ed. 05129).

Não podemos afirmar com plena certeza se os efeitos provocados pela medicina atingiam outras províncias de forma abrangente, mesmo que nossas fontes apontem determinados indícios. Ao condenar o aleitamento “mercenário”, as críticas feitas pelos higienistas fincavam suas bases na questão da mortalidade infantil, sendo perceptível nos anúncios o interesse de ter ou de alugar/vender uma nutriz sadia — branca e/ou europeia.

Os argumentos contrários ao aleitamento “mercenário”, no entanto, não envolviam qualquer preocupação dos médicos com as escravizadas ou com seus filhos. A preocupação higienista não era com as crianças em geral, mas sim com as crianças

brancas. Em um esforço de aproximar a realidade brasileira da realidade europeia, Patto (1996, p. 182-183) afirma que o atraso esteve acentuado no Brasil desde suas condições de “nascença”. A distância social entre as realidades europeia e sul-americana fazia com que as ideias de “primeiro mundo” ficassem deslocadas na realidade brasileira. Como ser moderno e civilizado em um país que se encontrava em plena escravidão? As preocupações de médicos-higienistas estariam vinculadas à insalubridade do país, à alta mortalidade por efeito das epidemias ou seria uma tentativa de se assemelhar à “civilização” europeia?

Considerações Finais

No artigo propomos abordar a maternidade em uma perspectiva interseccional, utilizando como fontes de análise periódicos e teses de doutoramento do século XIX. A escolha de uma abordagem preocupada com os estudos de gênero, raça e classe na historiografia social da escravidão tem como objetivo focalizar as formas como as relações de poder são desenvolvidas e significadas, assim como analisar de que modo as opressões são construídas, produzindo vulnerabilidade e desigualdade a determinados corpos.

Nesse sentido, percebemos nas fontes mobilizadas a difusão dos costumes de uma sociedade marcada pelo escravismo. Os discursos médicos, além de serem representações de autoridade e legitimidade científica, são discursos que, ao menos na teoria, deveriam ser obedecidos. Compreender a Ciência Médica como um movimento no século XIX também significa entender como seus agentes tiveram o anseio de higienizar as cidades, os corpos e a moral, especialmente em uma sociedade escravista, na qual as cidades brasileiras funcionavam à base das diversas modalidades de trabalho realizado por corpos de mulheres e homens negros escravizados, africanos ou afrodescendentes.

A Ciência teve papel fundamental nas transformações sociais, políticas e culturais em relação a um novo modelo de família higiênica, no entanto, seria ingenuidade e errado afirmar que a intervenção médica sobre outros corpos foi pacífica. Para além de uma perspectiva que qualifica os médicos como “heróis” da nação contra as doenças, é preciso enxergar como as relações de poder se estabeleciam nessas tentativas de controle de corpos de mulheres-mães livres ou escravizadas.

Em uma perspectiva interseccional, analisar a ação médica sobre os corpos de mulheres escravizadas que aleitavam crianças brancas implica necessariamente constatar o racismo científico impregnado em seus discursos. O fato de que as cativas que exerciam a função de nutrizas eram vistas como amas “desmoralizadas”, como focos de doença, revela que a concepção de que a raça negra era maléfica às famílias brancas naturalizou-se em argumentações “científicas”. A medicina, além de ser/ter sido uma instituição científica, é/foi também uma instituição de poder, atuando de modo muito específico contra os corpos negros cativos.

Mediante tais considerações, ressaltamos que o objetivo deste trabalho não foi de exaustar a vastidão que é o assunto, mas sim propor aportes introdutórios para pensar gênero, raça, classe e escravidão nas práticas de higienização e controle sanitário ocorridas no século XIX.

STANDARDIZING AND SANITIZING: MEDICAL KNOWLEDGE AGAINST THE CRAFT OF WET-NURSES

Abstract: This article intends to approach slave motherhood in an intersectional perspective, using as sources of analysis the ads for sale, rental and demand of wet-nurses in the newspapers *correio paulistano* (1870-1879) and *jornal do commercio* (1850-1859), as well as the discursive productions of hygienist doctors, who were concerned with sanitizing the bodies and morals of women-mothers. For the analysis of the medical discourses that were against the so-called “mercenary” breastfeeding, we used doctoral theses produced by the authors Xavier (1833), Milward (1873) and Silva (1884).

Keywords: slave motherhood. Intersectional. Wet-nurses. Hygiene.

NORMALIZACIÓN Y HIGIENIZACIÓN: EL CONOCIMIENTO MÉDICO CONTRA EL OFICIO DE LAS “AMAS DE LEITE”

Resumen: Este artículo pretende abordar la maternidad esclava en una perspectiva interseccional, utilizando como fuentes de análisis los anuncios de venta, alquiler y demanda de “amas de leite” en los periódicos *correio paulistano* (1870-1879) y *jornal do commercio* (1850-1859), así como las producciones discursivas de los médicos higienistas, preocupados por sanear los cuerpos y la moral de las mujeres-madres. Para el análisis de los discursos médicos contrario a la llamada lactancia “mercenaria”, utilizamos las tesis doctorales de los autores Xavier (1833), Milward (1873) y Silva (1884).

Palabras clave: maternidad esclava. Interseccional. *Amas de leite*. Higiene.

Referências

Fontes

Imprensa

Correio Paulistano (1870-1879).

Ano/edição: 1870: ed.: 04135; ed.: 04324; 1872: ed.: 04843; 1873: ed.: 04948; ed.: 05129; 1875: ed.: 05501; 1876: ed.: 0584; 1877: ed.: 06087; ed.: 06088.

Jornal do Commercio (1850-1859)

Ano/edição: 1850: ed.: 00172; ed.: 00216; 1851: ed.: 00039; ed.: 001177; 1854: ed.: 00117.

Teses médicas

MILWARD, Cornélio Emilio das Neves. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenário em relação às condições em que elle se acha no Rio de Janeiro.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1873.

SILVA, João Baptista Monteiro da. **Da alimentação nas primeiras idades. Estudo critico sobre os differentes methodos de aleitamento.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger & Filhos, Rua d'Ouvidor, 1884.

XAVIER, Francisco Julio. **Considerações sobre os cuidados e os socorros que devem prestar aos Meninos na occasião de seu nascimento e sobre as vantagens do aleitamento maternal.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Seignot-Plangher, 1833.

Bibliografia

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Série Feminismos Plurais, São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, João Aprígio Guerra de. **Amamentação: um híbrido natureza-cultura.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1990.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado.** O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2008.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se uma “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”:** uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista (1850-1888), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese de Doutorado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 3ª edição, 1989.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e o Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

COWLING, Camillia. O Fundo de Emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, nos anos 1880. IN: XAVIER, Giovana; Farias, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Estudos Feministas**, vol.10, n.1, 2002.

DAVIS, Ângela, **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev., São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Higienizando corpos e mentes: maternidade, ciência e cultura no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Natal – Rio Grande do Norte, 2014.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Curitiba: Editora Appris, 1ª edição, 2012.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.1, 2018.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ 2004.

GRILLO, Maria Ângela. Amas-secas e amas de leite: o trabalho feminino no Recife (1870-1880). **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2007.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** : mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1ª ed., 2019.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009.

LÖFGREN, Isabel; GOUVÊA, Patrícia. **Mãe Preta**. Exposição e Pesquisa – São Paulo, Frida Projetos Culturais, 1ª edição, 2018.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? IN: **Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. LIMA, Ivana Stolze *et alli* (orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MAIO, M.C. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L., org. **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MARQUES, Rita de Cássia. A medicalização da sociedade e a crítica de Foucault. **Revista Caminhos da História**, vol.14, n.2, 2009.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado em História, 2006.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. O aleitamento mercenário: os saberes médicos e o mercado de trabalho das amas de leite (Rio de Janeiro, 1850-1884). In: **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.) Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2010.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Celia Lima. (orgs.) **Do tráfico ao pós-abolição: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PATTO, Maria Helena Souza. Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social. **Novos Estudos**, n.44, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Visível e invisível. IN: LÖFGREN, Isabel; GOUVÊA, Patrícia. **Mãe Preta**. Exposição e Pesquisa – São Paulo, Frida Projetos Culturais, 1ª edição, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2018.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012

SOBRE A AUTORA

Nubia Sotini dos Santos é mestranda em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 21/09/2021

Aceito em 01/02/2022